



F. Sousa
Quil
Alberto

RELATÓRIO DE GESTÃO
31 de dezembro de 2024

Nota introdutória

Em concordância com o estabelecido nos Estatutos (Compromisso) que regem a Santa Casa da Misericórdia Paredes de Coura, a Mesa Administrativa vem submeter à aprovação, discussão e votação da Assembleia-Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e Contas, referentes ao exercício económico de 2024.

A sua estrutura assenta na descrição da operacionalidade de 2024 nas diversas valências da Instituição e das prioridades de Gestão privilegiadas pela Mesa Administrativa.

Este Relatório revela o empenho de todos os colaboradores e entidades que colaboram com a Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura. Esse empenho está bem patente nos objetivos concretizados quer em termos de avaliação do trabalho efetuado nas diversas valências, quer em termos financeiros.

Destaca igualmente a orientação definida no desenvolvimento atual da Instituição, privilegiando a poupança, sem descuidar a qualidade dos serviços prestados, para fazer face ao investimento com a remodelação/adaptação das instalações da Estrutura Residencial com Idosos.

Auscultar necessidades, planear a criação de respostas destinadas a novos públicos, novos clientes, novos utentes, diversificando o risco, reduzindo custos e produzindo com qualidade e eficiência, constituíram-se como as principais linhas orientadoras da atividade.

A sustentabilidade e a capacidade de investimento da Misericórdia estão, portanto, dependentes de uma rigorosa política de contenção de despesas, num desafio permanente ao profissionalismo, à transparência e à capacidade de sacrifício de todos os dirigentes e colaboradores desta Santa Casa.

1. VALÊNCIAS

A Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura apoia diariamente cerca de 212 utentes, nas suas respostas sociais de apoio a idosos, crianças e jovens e adultos com deficiência mental. O mês/ano resume-se no quadro seguinte:

VALÊNCIAS		UTENTES/CLIENTES/MÊS/ANO
Seniores	ERPI Lar Idosos	53
	Serviço de Apoio Domiciliário	14
Infância	Jardim Infantil	49
	Creche	56
Jovens e Adultos	Centro de Atividades Ocupacionais	18
UCC	Unidade Cuidados Continuados	22

1.1. Valências Seniores

O pelouro das Valências Seniores, juntamente com Direção/Coordenação da ERPI e Apoio Domiciliário, tem desenvolvido um conjunto de medidas com vista a otimizar as infraestruturas, recursos humanos e materiais que permitam aos nossos idosos atravessar mais esta etapa da sua vida com conforto e dignidade.

1.1.1. Lar Nossa Senhora da Conceição

Esta Santa Casa desenvolve serviços de acolhimento e apoio a idosos, através da Estruturas Residenciais para Idosos, com apoio financeiro da Segurança Social decorrente da celebração de Protocolo de Cooperação.

Valência mais antiga da Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura, foi inaugurada a 22 de maio de 1981, e recebeu os primeiros idosos a 01 de junho do mesmo ano. Situa-se no Largo Hintze Ribeiro, na vila de Paredes de Coura.

Procura-se estimular os idosos a manter o laço afetivo com a família e amigos, promover o desenvolvimento psicossociomotor e fomentar o interesse pela dinâmica da comunidade, enquadrado nos serviços prestados aos utentes.

São desenvolvidas diversas atividades nas instalações da Misericórdia, destacando-se as artesanais, lúdicas e de desenvolvimento cognitivo, que são apoiadas por técnicos especializados nas áreas.

1.1.2. Serviço de Apoio Domiciliário

Esta Santa Casa desenvolve serviços de acolhimento e apoio a idosos, através de Serviço de Apoio Domiciliário, com apoio financeiro da Segurança Social decorrente da celebração de Protocolo de Cooperação.

O S.A.D. presta apoio no âmbito de tratamento de roupa, fornecimento de alimentação, higiene habitacional e higiene pessoal, nas freguesias de Resende/Paredes de Coura, Formariz, Infesta e Castanheira.

1.2. VALÊNCIAS DE INFÂNCIA

1.2.1. CRECHE/JARDIM DE INFÂNCIA

Esta Santa Casa desenvolve serviços de apoio à criança, através de uma creche e uma sala de jardim de infância, com apoio financeiro da Segurança Social e do Ministério da Educação, decorrente da celebração de um Protocolo de Cooperação.

Acolhem crianças com o objetivo de apoiar a comunidade e contribuir para o seu desenvolvimento global, através da organização de diversas atividades que, simultaneamente, as ocupam e incentivam o seu desenvolvimento físico, psíquico e social em creche e pré-escolar.

Alberto - [Handwritten signature]
Flávia - [Handwritten signature]
[Handwritten signature]

1.3. VALÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS

1.3.1. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

Esta Santa Casa desenvolve serviços de apoio a jovens e adultos com deficiência mental e outras incapacidades, através de um centro de atividades ocupacionais, com apoio financeiro da Segurança Social e do Ministério da Educação, decorrente da celebração de um Protocolo de Cooperação.

Inaugurado a 12 de março de 2015, o Centro de Atividades Ocupacionais é uma resposta social destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência. Esta resposta presta serviços à população com deficiência, de idade igual ou superior a 18 anos, baseado no desenvolvimento de atividades ocupacionais, tentando alcançar níveis mais elevados de autodeterminação e de estima pessoal.

Presta serviços relacionados com:

- Atividades estritamente ocupacionais: atelier de expressão plástica, cinema, construções 3D, jogos lúdicos, audiovisuais, oficina têxtil;
- Atividades de desenvolvimento pessoal e social: visitas ao exterior, utilização de serviços da comunidade, treino de atividades de vida diária,
- Atividades lúdico-terapêuticas: relaxamento, pilates clínico, oficina do saber, oficina da mente, jornal de parede, treino físico, terapia ocupacional, fisioterapia, psicologia;
- Serviço Social;
- Refeições;
- Apoio de 3ª pessoa;
- Administração terapêutica;
- Transporte

2. UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS

A primeira obra, mandatada pelo primeiro Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura, Conselheiro Miguel Dantas Gonçalves Pereira, foi erigir, na parte alta da vila, o novo Hospital, traço de Joaquim Pedro Oliveira Martins. Segundo os escritos de Narciso Cândido Alves da Cunha na monografia "No Alto Minho – Paredes de Coura", importou a construção daquele edifício em 16 mil reis. Dispõe de 22 camas e, no primeiro

ano de atividade recebeu 81 utentes, oriundos de diversos concelhos do país, fundamentalmente da região norte.

3. INVESTIMENTOS

No decorrer de 2024, esta instituição efetuou diversos investimentos em ativos, no total de 1.625.064,84 euros. De salientar que está em curso a empreitada de requalificação da Estrutura Residencial para Idosos, Lar N. Senhora da Conceição com o valor de contrato de empreitada de 5.259.857,38 acrescido de IVA a 6%, e contrato de fiscalização no montante de 118.200,00€ acrescido de IVA a 23%. No exercício de 2024 foi executado 28,16% da empreitada estando refletidos nos Ativos Fixos Tangíveis em Curso.

INVESTIMENTOS	2024
EQUIPAMENTO BÁSICO	20.401,25
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	1.604.663,59

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A semelhança dos anos anteriores, iniciar-se-á este relatório com demonstrações financeiras da SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, as quais compreendem o balanço que evidencia um total de 9.590.328,33 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.314.849,83 euros, que inclui um resultado líquido do período 170.281,78 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo do ano findo naquela data, com a finalidade de expressar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

No que concerne à situação económico-financeira da Santa Casa da Misericórdia, verificamos desde o início de mandato uma consolidação das contas com resultados líquidos positivos, reforçado com o final do exercício deste ano.

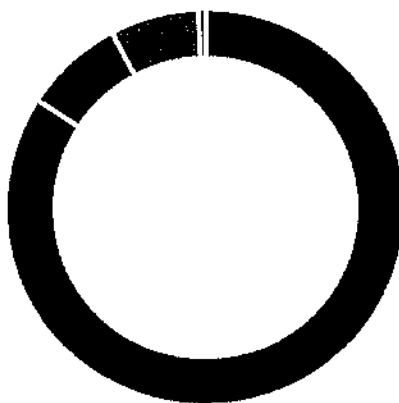
NOTA: Atendendo ao contexto atual, da guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como a incerteza política a nível nacional, é muito difícil perspetivar a evolução futura da economia, bem como medir os impactos que poderão advir destes três factos nas nossas atividades, continuamos muito atentos a todo o desenvolvimento e a trabalhar na implementação de medidas que tentem mitigar todos os potenciais impactos negativos destas situações.

Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS	2023	2024	DIF
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2 181 989,28	2 368 632,37	186 643,09
SUB À EXPLORAÇÃO	276 106,47	228 042,91	-48 063,56
TRAB. PRÓP. ENT.	0	0	0,00
REVERSÕES	0	0	0,00
OUT. REND. E GANHOS	139 805,84	203 068,12	63 262,28
JUROS REND OBT	2,45	16956,6	16 954,15
TOTAL	2 597 904,04	2 816 700,00	218 795,96

Alberto
 JH
 Pato
 F. J. Guis
 F. J. Guis

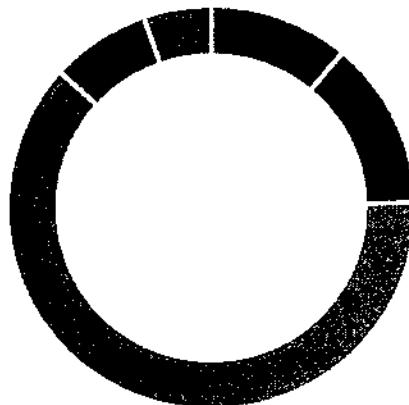
Repartição Rendimentos 2024



- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- SUB À EXPLORAÇÃO
- OUT. REND. E GANHOS
- JUROS REND OBT

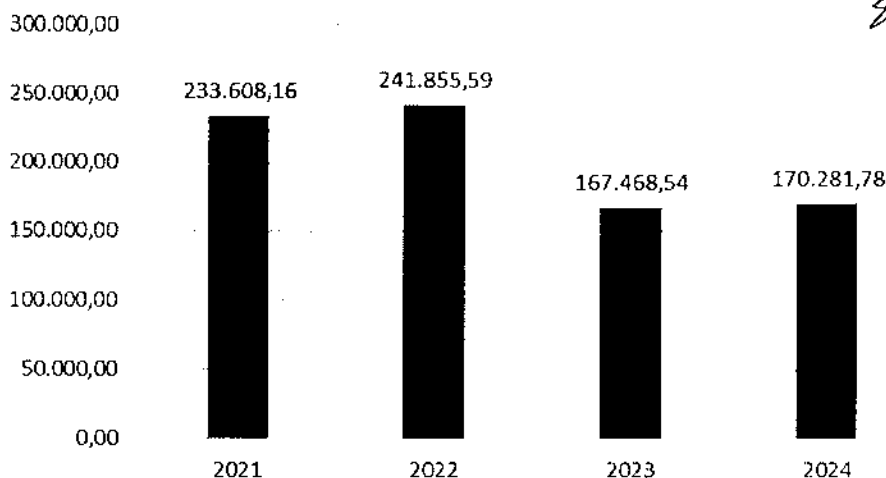
GASTOS	2023	2024	DIF	DIF.%
C.M.V.M.C	296 683,30	293 932,33	-2 750,97	-1%
F.S.E	292 659,36	357 518,87	64 859,51	22%
GASTOS C/PESSOAL	1 562 686,91	1 643 262,39	80 575,48	5%
DEPRECIACOES	214 978,94	208 883,33	-6 095,61	-3%
IMPARIDADES	18 074,71	0,00	-18 074,71	-100%
OUTROS GAST.PERDAS	45 352,28	142 821,30	97 469,02	215%
JUROS E GASTOS SIM	0	0		
TOTAL	2 430 435,50	2 646 418,22	215 982,72	

Repartição Gastos 2024



- C.M.V.M.C
- F.S.E
- GASTOS C/PESSOAL
- DEPRECIACOES
- IMPARIDADES
- OUTROS GAST.PERDAS

Evolução dos Resultados Líquidos



5. SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA E FISCAL

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Em período de conflitos internacionais em curso, sem solução prevista e com os problemas que o país pode vir a atravessar nas áreas política, empresarial, económica e social, as Misericórdias, principalmente as que não tenham recursos, poderão vir a passar por momentos muito difíceis, se o arco de governação não lhe der atenção e participação adequada ao aumento das despesas, pois os valores atualmente atribuídos são insuficientes face à evolução dos custos dos bens essenciais, às baixas reformas dos utentes alojados e à evolução salarial, esperando-se que esta situação seja revista.

Atendendo ao contexto atual, da guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como a incerteza política a nível nacional, é muito difícil perspetivar a evolução futura da economia, bem como medir os impactos que poderão advir destes três factos nas nossas atividades, continuamos muito atentos a todo o desenvolvimento e a trabalhar na implementação de medidas que tentem mitigar todos os potenciais impactos negativos destas situações.

A convicção da mesa administrativa é que a Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura continuará o seu caminho e saberá transformar os desafios em oportunidades.

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A atividade da instituição planeada por cada valência/serviço, define-se em Plano de Atividades onde cada serviço identifica quais os seu objetivos e respetiva estratégia, assim como as atividades associadas ao serviço prestado com vista a potenciar a sua qualidade, assim como a satisfação e qualidade de vida do utente.

8. APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

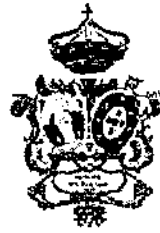
A mesa administrativa propõe que o resultado líquido do período no valor de 170.281,78 euros seja integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

Paredes de Coura, dia 20 de março de 2025

A Mesa Administrativa

Francisco Silve de Sousa

Alberto
F. J. Sousa
Guilherme



Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024

Índice

Conteúdo

Balanço	4
Demonstração de Resultados por Naturezas	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas estimativas contabilísticas e erros....	11
3.1. Bases de Apresentação.....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	13
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente e em períodos futuros..	20
4. Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento	21
5. Custos de Empréstimos Obtidos	24
6. Inventários.....	24
7. Rédito	25
8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	25
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo	25
10. Investimentos Financeiros.....	26
11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	26
12. Créditos a receber	27
13. Outros ativos correntes.....	27
14. Caixa e depósitos bancários	28
15. Fornecedores.....	28
16. Estado e outros entes públicos	28
17. Outras dívidas a pagar correntes e não correntes	29
18. Benefícios dos empregados.....	29
19. Diferimentos.....	30
20. Fundos patrimoniais.....	30
21. Fornecimentos e serviços externos.....	30
22. Outros rendimentos	31
23. Outros gastos.....	31

F. Sousa

24. Resultados Financeiros.....31

25. Imposto sobre o rendimento32

26. Acontecimentos após a data do balanço32

27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....32

28. Outras divulgações32

Alberto

João



Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2024	31-12-2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3.786.554,54	2.358.075,88
Bens do património histórico e cultural	4	27.500,00	27.500,00
Propriedades de investimento	4	580.509,61	397.806,76
Investimentos financeiros	10	1.703,34	1.703,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		4.396.267,49	2.785.085,98
Ativo corrente			
Inventários	6	19.513,64	18.760,98
Créditos a receber	12	122.362,50	98.536,91
Estado e outros Entes Públicos	16	31.280,26	892,24
Diferimentos	19	2.500,04	2.349,27
Outros Ativos correntes	13	2.423.984,83	2.851.941,68
Caixa e depósitos bancários	14	2.594.419,57	2.251.098,92
Subtotal		5.194.060,84	5.223.580,00
Total do Ativo		9.590.328,33	8.008.665,98
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	20	235.067,26	235.067,26
Resultados transitados	20	3.197.381,56	3.029.913,02
Outras variações nos fundos patrimoniais	20	4.712.119,23	4.110.911,28
Resultado Líquido do período		170.281,78	167.468,54
Total do fundo do capital		8.314.849,83	7.543.360,10
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8		
Financiamentos obtidos	5		
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	15	46.262,41	28.615,40
Estado e outros Entes Públicos	16	73.864,28	72.280,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11	6.185,09	6.185,09
Diferimentos	19	6.829,67	45.089,25
Outras contas a pagar	17	1.142.337,05	313.136,01
Subtotal		1.275.478,50	465.305,88
Total do passivo		1.275.478,50	465.305,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.590.328,33	8.008.665,98

Paredes de Coura, 20 de março de 2025

CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração de Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	7	2.368.632,37	2.181.989,28
Subsídios, doações e legados à exploração	9	228.042,91	276.106,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(293.932,33)	(296.683,30)
Fornecimentos e serviços externos	21	(357.518,87)	(292.659,36)
Gastos com o pessoal	18	(1.643.262,39)	(1.562.686,91)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-	(18.074,71)
Outros rendimentos e ganhos	22	203.068,12	139.805,84
Outros gastos e perdas	23	(142.821,30)	(45.352,28)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		362.208,51	382.445,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(208.883,33)	(214.978,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		153.325,18	167.466,09
Juros e rendimentos similares obtidos	24	16.956,60	2,45
Juros e gastos similares suportados	24	-	-
Resultados antes de impostos		170.281,78	167.468,54
Imposto sobre o rendimento do período	25		
Resultado líquido do período		170.281,78	167.468,54

Paredes de Coura, 20 de março de 2025

CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

Unidade Monetária: Euros

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-ns							Total dos Fundos Patrimoniais			
	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transmítidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários
1	235.067,26	-	-	3.576.781,11	-	-	4.212.868,85	241.855,59	8.286.692,61	-	8.286.692,61
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				(819.555,09)					(819.555,09)		(819.555,09)
Primeira adopção de novo regime contabilístico				3.331,37					3.331,37		3.331,37
Correcção de erros de depreciações de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis				27.500,00					27.500,00		27.500,00
Correcção de erros de saldos de dividendos a receber e a pagar											
Correcção de património histórico não registado											
Excedentes da realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				241.855,59			(102.077,37)	(241.855,59)	(102.077,37)		(102.077,37)
2	-	-	-	(546.868,09)	-	-	(102.077,37)	(241.855,59)	(890.801,05)	-	(890.801,05)
3								167.468,54	167.468,54		167.468,54
4=2+3								(74.387,05)	(74.387,05)		(74.387,05)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
5											
5=1+2+3+4	235.067,26	-	-	3.029.913,02	-	-	4.110.911,28	167.468,54	7.543.360,10	-	7.543.360,10

Paredes de Coura, 20 de março de 2025

CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

Francisco Silva de Sousa
Luís Carlos Breyner

Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

Unidade Monetária: Euros

DESCRICÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	235.067,26	-	-	3.029.915,02	-	-	4.110.911,28	167.468,54	-	-	7.543.360,10	7.543.360,10	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo regime contabilístico														
Correcção de erros de depreciações de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis														
Correcção de erros de dívidas a receber e a pagar														
Correcção de património histórico não registado														
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	167.468,54	-	-	601.207,95	(167.468,54)	-	-	601.207,95	601.207,95	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				167.468,54			601.207,95	(167.468,54)			601.207,95	601.207,95	
RESULTADO INTEGRAL	9-7+8				167.468,54			601.207,95	(167.468,54)			601.207,95	601.207,95	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO														
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO ANO 2024	10	235.067,26	-	-	3.197.383,56	-	-	4.712.119,23	170.281,78	-	-	8.314.549,83	8.314.549,83	-

Paredes de Coura, 20 de março de 2025

CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

Francisco Silva de Sousa
 José Fernandes

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

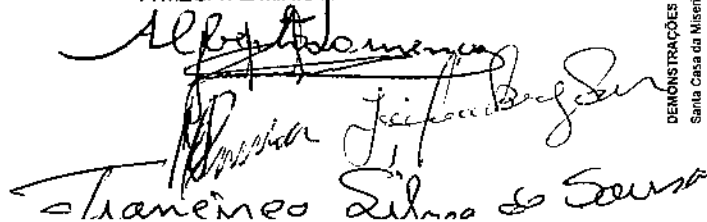
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		2.346.198,94	2.275.000,36
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamentos a fornecedores		(528.449,27)	(593.162,19)
Pagamentos ao pessoal		(1.091.463,24)	(1.349.063,66)
Caixa gerada pelas operações		726.286,43	332.774,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		(387.363,27)	115.113,22
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		338.923,16	447.887,73
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.081.677,54)	(9.550,95)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(1.703,34)
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		1.078.573,43	7.053,45
Juros e rendimentos similares		7.501,60	2,45
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		4.397,49	(4.198,39)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuizos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		343.320,65	443.689,34
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.251.098,92	1.807.409,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	2.594.419,57	2.251.098,92

Paredes de Coura, 20 de março de 2025

CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA



 Trancineo Silva de Sousa

Anexo

1. Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PAREDES DE COURA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Irmandade Religiosa, registada pela inscrição nº 70/82, a fls 84 e 84 verso, do livro da Irmandade das Misericórdias em 21/12/1982, com sede no Largo Hintze Ribeiro, da União de Freguesias de Paredes de Coura e Resende e concelho de Paredes de Coura.

A criação das misericórdias remonta ao reinado de D. Manuel I, caracterizado pela modernização administrativa e período expansionista dos descobrimentos. Daí em diante, muitas outras "Santas Casas" foram sendo instituídas em todo o país para dar cumprimento às obras corporais e espirituais, numa ação caritativa cuja prática radicava na Idade Média. Exerciam, assim, um vasto conjunto de atividades destinadas a colmatar as carências dos mais desprotegidos, que passavam por alimentar quem tivesse fome, assistir aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos, bem como rogar a Deus por vivos e defuntos.

A importância social e histórico-cultural da Confraria do Espírito Santo, no domínio assistencial, está na génese da fundação tardia, quando comparada com as suas congéneres distritais, da Irmandade da Misericórdia de Paredes de Coura. Os estatutos da Misericórdia foram aprovados em 24 de janeiro de 1885. No artigo 2º, do capítulo I, a instituição invoca o auxílio da Virgem Santíssima, como sua padroeira, para realizar os seus fins, que são em geral, socorrer a humanidade enferma e indigente, tanto corporal, como espiritualmente.

As elites locais contribuíram decisivamente, com as suas ideias e poderio financeiro, para os alicerces da nova instituição. Regressado do Rio de Janeiro, para onde emigrara no alvor da juventude, Miguel Dantas Gonçalves Pereira foi o primeiro Provedor.

A mesa administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Alberto
 J. Sousa
 J. Sousa
 J. Sousa

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

10 pontos

Daura

H. Quinte

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

No decurso do exercício em análise procedeu-se ao registo da informação em conformidade com a norma contabilística de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, isto é,

as demonstrações financeiras de 2024 foram apresentadas de acordo com a norma supra referida.

Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considerou a CNC que:

a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;

b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).

Dado que a CNCE aprovou esta instrução em 24 de novembro de 2023, o rédito referente ao período de 2023,

foi registado de acordo com a referida instrução.

Foram ainda efetuadas correção de erros melhor explicitadas a nota 3 das presentes demonstrações financeiras.

3. Principais Políticas

Contabilísticas, Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF), a saber:

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito

económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas

neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas

T. Sousa

Alberto
Pinheiro

contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela

reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela mesa administrativa.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as

sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

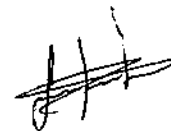
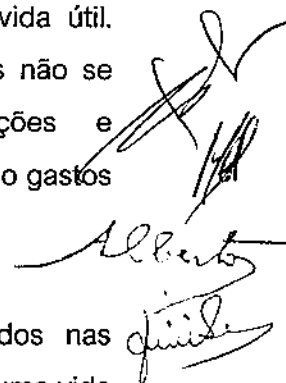
As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade,

de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o

período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que

lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma

objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo

F. Sousa *JP* *HA*

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo

Alberto
F. Sousa

Alberto
F. Sousa

a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um

investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre

o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

O rendimento global sujeito a imposto nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, provenientes de pessoas colectivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, mencionado no n.º 1 do art.º 53 do CIRC é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos das várias categorias determinados nos termos do IRS, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a

título gratuito, aplicando-se à determinação do lucro tributável as disposições deste código.

No entanto o artigo 54.º do CIRC menciona que:

1 – Os gastos comprovadamente indispensáveis à obtenção dos rendimentos que não tenham sido considerados na determinação do rendimento global nos termos do artigo anterior e que não estejam especificamente ligados à obtenção dos rendimentos não sujeitos ou isentos de IRC são deduzidos, no todo ou em parte, a esse rendimento global, para efeitos de determinação da matéria coletável, de acordo com as seguintes regras:

a) se estiverem apenas ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, são deduzidos na totalidade ao rendimento global;

b) se estiverem ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, bem como à de rendimentos não sujeitos ou isentos, deduz-se ao rendimento global a parte dos gastos comuns que for imputável aos rendimentos sujeitos e não isentos.

2 – Para efeitos do disposto na alínea b) do número anterior, a parte dos gastos comuns a imputar é determinada através da repartição proporcional daqueles ao total dos rendimentos

brutos sujeitos e não isentos e dos rendimentos não sujeitos ou isentos, ou de acordo com outro critério considerado mais adequado aceite pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

(Redação dada pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro)

3 – Consideram-se rendimentos não sujeitos a IRC as quotas pagas pelos associados em conformidade com os estatutos, bem como os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários.

4 – Consideram-se rendimentos isentos os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à direta e imediata realização dos fins estatutários.

Assim, os rendimentos provenientes de pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21%, sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5, do art.º

87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 24 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente e em períodos futuros

Não existem quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente e dos períodos futuros.

Alberto
F. Pereira

HL
guilherme

4. Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

Bens do domínio público

A Entidade não possui ativos fixos tangíveis do domínio público.

Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Custo	31 de Dezembro de 2023					Saldo em 31-Dez-2023
	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferência	Revalorização	
Bens do patrimônio histórico e artístico e cultural	-	27.500,00	-	-	-	27.500,00
Total	-	27.500,00	-	-	-	27.500,00

Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2023	Abates	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
	Bens do patrimônio histórico e artístico e cultural	-	-	-
Total	-	-	-	-

Os bens do patrimônio histórico e artístico foram registados pela primeira vez em 2023 e relacionam-se com a Capela de Nossa Senhora da Conceição que não se encontrava registada nesta rubrica.

Custo	31 de dezembro de 2024					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferência	Revalorização	
Bens do patrimônio histórico e artístico e cultural	27.500,00	-	-	-	-	27.500,00
Total	27.500,00	-	-	-	-	27.500,00

Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 01/01/2024	Abates	Diminuições	Saldo em 31/12/2024
	Bens do patrimônio histórico e artístico e cultural	-	-	-
Total	-	-	-	-

Os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural encontram-se valorizados pelo custo histórico, não sendo objeto de depreciações, conforme NCRF-ESNL.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorização	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	160 771,28				-	160 771,28
Edifícios e outras construções	4 407 084,79				-	4 407 084,79
Equipamento básico	618 273,16	20 401,25		-	-	636 674,41
Equipamento de transporte	293 136,98			-	-	293 136,98
Equipamento biológico	-			-	-	-
Equipamento administrativo	74 058,90			-	-	74 058,90
Outros Ativos fixos tangíveis	4 208,95			-	-	4 208,95
Ativos fixos tangíveis em curso	97 666,16	1 604 663,59		-	-	1 702 329,75
Adiantamentos	-			-	-	-
Total	5 653 200,22	1 625 064,84	-	-	-	7 278 265,06
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 376 480,94	157 996,72		-	-	2 534 477,66
Equipamento básico	601 584,24	12 642,91		-	-	614 227,15
Equipamento de transporte	240 697,93	25 321,22		-	-	266 019,15
Equipamento biológico	-	-		-	-	-
Equipamento administrativo	72 142,28	625,33		-	-	72 767,61
Outros Ativos fixos tangíveis	4 208,95	-		-	-	4 208,95
Total	3 295 124,34	196 586,18	-	-	-	3 491 710,52

	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2024
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Durante o período ocorreu a aquisição de diverso equipamento básico e o contínuo investimento em ativos tangíveis em curso, que se referem à empreitada de requalificação do Lar N. Senhora da Conceição.

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	160.771,28	-	160.771,28
Edifícios e outras construções	4.567.856,07	-	-	(160.771,28)	-	4.407.084,79
Equipamento básico	613.823,03	2.450,13	-	-	-	616.273,16
Equipamento de transporte	282.401,30	30.735,68	-	-	-	293.136,98
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	74.058,90	-	-	-	-	74.058,90
Outros Ativos fixos tangíveis	4.208,95	-	-	-	-	4.208,95
Ativos fixos tangíveis em curso	45.892,32	8.657,97	-	43.115,87	-	97.666,16
Adiantamentos	-	-	-	-	-	-
Total	5.568.240,57	41.843,78	-	43.115,87	-	5.653.200,22
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.912.720,95	463.759,99	-	-	-	2.376.480,94
Equipamento básico	584.336,86	17.257,38	-	-	-	601.594,24
Equipamento de transporte	215.377,70	25.320,23	-	-	-	240.697,93
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	70.748,66	1.393,62	-	-	-	72.142,28
Outros Ativos fixos tangíveis	4.038,69	170,26	-	-	-	4.208,95
Total	2.787.222,86	507.901,48	-	-	-	3.295.124,34

	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2023
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Propriedades de investimento

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de dezembro de 2024

	Saldo em 01/01/2024	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31/12/2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	240.579,62	195.000,00	-	-	-	435.579,62
Edifícios e outras construções	683.859,65	-	-	-	-	683.859,65
Total	924.439,27	195.000,00	-	-	-	1.119.439,27
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	526.632,51	12.297,15	-	-	-	538.929,66
Total	526.632,51	12.297,15	-	-	-	538.929,66

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	12.626,39	-	-	227.953,23	-	240.579,62
Edifícios e outras construções	911.812,88	-	-	(227.953,23)	-	683.859,65
Total	924.439,27	-	-	-	-	924.439,27
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	526.632,51	-	-	-	526.632,51
Total	-	526.632,51	-	-	-	526.632,51

Durante o período em análise, as aquisições registadas no valor 195.000,00€ refere-se a um terreno de construção na Vila de Paredes de Coura onde será construído o Lar Residencial.

Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos

Não existem ativos dados em garantia.

5. Custos de Empréstimos Obtidos

Não existem financiamentos obtidos. A empresa tem financiado todos os seus investimentos através de fundos próprios.

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01/2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2023	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2024
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.608,11	299.836,17	-	18.760,98	294.684,99	-	19.513,64
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	15.608,11	299.836,17	-	18.760,98	294.684,99	-	19.513,64
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				296.683,30			293.932,33
Variações nos Inventários da produção				-			-

Descrição	2024			2023		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantias líquidas	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantias líquidas
Matérias primas, subsidiárias e consumo	19.513,64	-	19.513,64	18.760,98	-	18.760,98
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-
Total	19.513,64	-	19.513,64	18.760,98	-	18.760,98

7. Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
MENSALIDADES CLIENTES	716.969,75	678.550,28
MENSALIDADES ISS	1.318.909,96	1.184.597,04
MENSALIDADES ARS	332.216,66	318.677,46
Quotizações e jóias	536,00	164,50
Subtotal 1	2.368.632,37	2.181.989,28

8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2023, não ocorreram movimentos na rubrica de provisões.

Passivos contingentes

A entidade não tem evidências de passivos contingentes.

Ativos contingentes

A entidade não tem evidências de ativos contingentes.

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha as seguintes transações nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração" (demonstração dos resultados):

Descrição	2024	2023
Subsídios das Entidades Públicas	219 957,18	257 943,52
ISS, IP - Centro Distrital	100 895,56	106 849,83
A.R.S.	-	-
I.E.F.P.	38 196,62	64 175,48
POISE	-	-
COESO	-	8 280,21
CÂMARA MUNICIPAL PAREDES DE COURA	80 865,00	78 638,00
Outros Subsídios	8 085,73	18 162,95
Doações e heranças	8 085,73	18 162,95
TOTAL	228 042,91	276 106,47

Subsídios reconhecidos diretamente nos fundos patrimoniais:

Fundos patrimoniais	2023	Aumentos	Diminuições	2024
ERPI - PIDACC	136.072,13	-	6.185,09	129.887,04
CLDS - POISE	19.309,81	-	3.218,17	16.091,64
CAO - PRODER	110.000,00	-	10.000,00	100.000,00
CAO - CAMARA MUNICIPAL	139.912,05	-	12.719,28	127.192,77
CAO - ON NORTE	51.172,59	-	4.646,93	46.525,66
CAO - CIM NORTE 2020	15.558,01	-	8.131,33	7.426,68
UCC - MODELAR	369.159,56	-	28.396,86	340.762,70
UCC - NORTE 2020	339.550,95	-	29.956,35	309.594,60
PRR - MOBILIDADE VERDE	18.750,00	-	6.250,00	12.500,00
ERPI - PARES	2.754.352,00	710.712,00	-	3.465.064,00
Total	3.953.837,10	710.712,00	109.504,01	4.555.045,09

10. Investimentos Financeiros

No período de 2024 e 2023, a entidade detinha os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2024	2023
Outros investimentos	1.703,34	1.703,34
Total	1.703,34	1.703,34

11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 a entidade apresentava os seguintes saldos na rúbrica referida em epígrafe:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	-	-
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	-	-
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Outras operações	6.185,09	6.185,09
Total	6.185,09	6.185,09

12. Créditos a receber

A rubrica de clientes a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Cientes e Utentes c/c	140.437,21	116.611,62
Clientes	77.308,18	68.660,39
Utentes	45.054,32	29.876,52
Clientes e utentes de cobrança duvidosa	18.074,71	18.074,71
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	(18.074,71)	(18.074,71)
Clientes	-	-
Utentes	(18.074,71)	(18.074,71)
Total	122.362,50	98.536,91

Durante período não foram constituídas perdas por imparidades de saldos a receber de utentes.

13. Outros ativos correntes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica outros ativos correntes, a entidade possui os seguintes movimentos a desagregar:

Descrição	2024	2023
Fornecedores de investimentos	2.624,93	2.624,93
Outros Devedores		
F.R.S.S.	867,60	867,60
PARES	2.388.488,07	2.754.352,00
NORTE 07-4842-FEDER-0554	-	1.999,55
PRR - MOBILIDADE VERDE	7.500,00	7.500,00
I.E.F.P.	9.512,58	38.728,87
COESO	-	7.037,00
Outros	90,00	-
Fornecedores saldos atípicos		36.337,74
Devedores por acréscimos de rendimentos	11.923,17	-
Adiantamentos ao pessoal	214,49	
Quotas a receber associados	270,00	
Instrumentos financeiros detidos para negociação	2.493,99	2.493,99
Total	2.423.984,83	2.851.941,68

14. Caixa e depósitos bancários

Durante o período em análise, ocorreram as seguintes variações nos meios financeiros líquidos:

Descrição	2024	2023
Caixa	41,18	113,93
Depósitos à ordem	1.582.682,47	2.250.984,99
Depósitos a prazo	1.011.695,92	-
Outros	-	-
Total	2.594.419,57	2.251.098,92

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	46.262,41	28.615,40
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Total	46.262,41	28.615,40

16. Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado e outros entes públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - IVA SUPORTADO	31 280,26	892,24
IVA Suportado		
Total	31 280,26	892,24
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
IVA - REEMBOLSOS PEDIDOS		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	12 019,00	12 273,00
Segurança Social	61 845,28	60 007,13
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	73 864,28	72 280,13

17. Outras dívidas a pagar correntes e não correntes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica de outras dívidas a pagar correntes estão discriminadas da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	83.638,71	-	65.149,44
Remunerações a pagar	-	83.526,31	-	64.912,89
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	112,40	-	236,55
Perdas por Imparidade acumulada	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	790.722,69	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	253.359,87	-	241.005,45
Financiamentos obtidos	-	-	-	-
Outros	-	14.615,78	-	6.981,12
Total	-	1.142.337,05	-	313.136,01

18. Benefícios dos empregados

Mesa Administrativa, no período de 2024:

- Provedor: Manuel Alberto Domingues Lourenço
 Secretário: Joaquim Felgueiras Lopes
 Tesoureiro: Manuel Cândido Carvalho Gonçalves Pereira
 Vogais: José Manuel Braga de Sousa
 Francisco Silva de Sousa

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 104.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1 339 433,64	1 268 723,03
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Encargos sobre as Remunerações	289 724,79	274 712,38
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 331,21	15 248,63
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	2 772,75	4 002,87
Total	1 643 262,39	1 562 686,91

19. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de diferimentos continha os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 500,04	2 349,27
...	-	-
...	-	-
Total	2 500,04	2 349,27

Descrição	2024	2023
Rendimentos a reconhecer		
Fundo Reestruturação do Setor Solidario	593,52	593,52
Outras Receitas com Provento Diferido	6 236,15	44 495,73
Total	6 829,67	45 089,25

20. Fundos patrimoniais

Nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Díminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	235.067,26	-	-	235.067,26
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	3.029.913,02	167.468,54	-	3.197.381,56
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.110.911,28	710.712,00	(109.504,05)	4.712.119,23
Resultado líquido do período	167.468,54	170.281,78	(167.468,54)	170.281,78
	7.543.360,10	1.048.462,32	(276.972,59)	8.314.849,83

21. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	138.182,42	137.889,79
Materiais	14.445,15	17.525,48
Energia e fluidos	180.053,73	118.534,37
Deslocações, estadas e transportes	7.123,67	339,73
Serviços diversos (*)	17.713,90	18.369,99
Total	357.518,87	292.659,36

22. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	8.698,57	9.097,50
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.753,20	6.518,66
Imputação de subsídios para investimento	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Outros	192.616,35	124.189,68
Total	203.068,12	139.805,84

23. Outros gastos

A rubrica de outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	4.813,94	1.016,90
Descontos de pronto pagamento concedidos	48,16	2,80
Dívidas incobráveis	85,04	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	110.000,00	-
Outros Gastos e Perdas	27.874,16	44.332,58
Total	142.821,30	45.352,28

24. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 são reconhecidos os gastos ou rendimentos relacionados com juros e similares, da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	16.956,60	2,45
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	16.956,60	2,45
Resultados financeiros	16.956,60	2,45

25. Imposto sobre o rendimento

Não existe imposto sobre o rendimento

26. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos materiais, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação evidenciada nas contas.

27. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

28. Outras divulgações

Os honorários do Revisor oficial de contas ascendem a 5.100 euros e incluem apenas os serviços de revisão legal de contas.

A mesa administrativa propõe que o resultado líquido do período de 2024 seja transferido para resultados transitados.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Em período de conflitos internacionais em curso, sem solução prevista e com os problemas que o país pode vir a atravessar nas áreas política, empresarial, económica e social, as Misericórdias, principalmente as que não tenham recursos, poderão vir a passar por momentos muito difíceis, se o arco de governação não lhe der atenção e participação adequada ao aumento das despesas, pois os valores atualmente atribuídos são insuficientes face à evolução dos custos dos bens essenciais, às baixas reformas dos utentes alojados e à evolução salarial, esperando-se que esta situação seja revista.

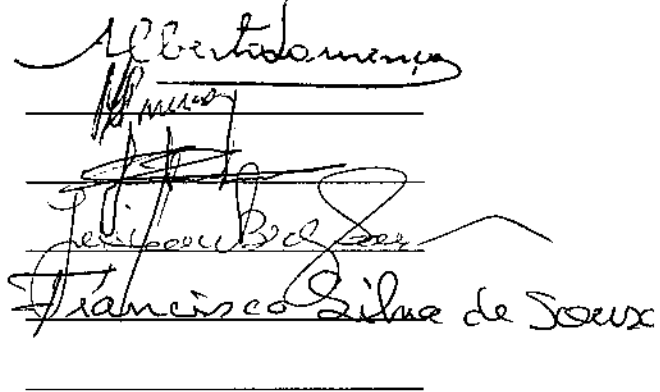
Atendendo ao contexto atual, da guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como a incerteza política a nível nacional, é muito difícil perspetivar a evolução futura da economia, bem como medir os impactos que poderão advir destes três factos nas nossas atividades, continuamos muito atentos a todo o desenvolvimento e a trabalhar na implementação de medidas que tentem mitigar todos os potenciais impactos negativos destas situações.

Paredes de Coura, dia 20 de março de 2025

Contabilista Certificado,



Mesa Administrativa,



Alberto Amaro
J. J. Silva
Francisco Silva de Sousa